



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Curso de Licenciatura

ANA LUIZA GOMES DE ARAÚJO

A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PRÁTICAS CORPORAIS

Brasília/DF

2019

Ana Luiza Gomes de Araújo

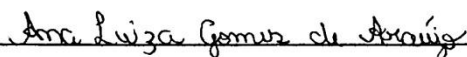
A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PRÁTICAS CORPORAIS

Monografia apresentada ao curso de Educação Física da Universidade de Brasília como pré-requisito para a conclusão de curso em Educação Física – Licenciatura.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Maria Corrêa Medina.

Brasília/DF


2019


**Monografia apresentada a Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção da
conclusão do curso em Educação Física – Licenciatura.**



Ana Luiza Gomes de Araújo

Monografia apresentada em 08/07/2019


Orientadora Prof.^a Dr.^a Alice Maria Corrêa Medina


Examinadora Dr.^a Claudia Maria Goulart dos Santos

Dedico este trabalho a minha família e todos que me deram suporte e apoio nesse trajeto e me proporcionaram forças para permanecer.

RESUMO

O presente trabalho teve como tema as práticas corporais na Educação Física, e como objetivo verificar sobre os estudos relacionados às práticas corporais na educação básica. Este estudo consistiu em uma revisão da literatura com caráter interpretativo e crítico, buscando suscitar questões acerca da educação básica e as práticas corporais. Foram abordadas as etapas da educação básica com relação às práticas corporais e seus conteúdos, discorrendo sobre as diversas vivências que a Educação Física proporciona para os estudantes em ambiente escolar. Também considerou-se como tópico a importância do professor mediar diferenciadas situações em momentos de aula, buscando sempre aproximar-se dos estudantes e suas realidades. Concluiu-se que as práticas corporais relacionadas com a Educação Física são dispositivos culturais que precisam ser apropriados pelos professores nas aulas.

Palavras-chave: Práticas corporais, Educação Física, escola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus amigos que sempre me apoiaram nos momentos difíceis durante esta trajetória, que me animaram ao longo deste período.

Agradeço a minha orientadora Alice, que sempre esteve sempre presente ao longo deste trabalho, me encaminhando pelos caminhos certos, e sanando quaisquer dúvidas, sempre disposta e de prontidão para me ajudar.

E por fim, agradeço a minha família, que foi e é meu apoio em todos os momentos, que apesar das dificuldades nunca deixou de acreditar no meu potencial. A cada um dos citados, deixo meu eterno obrigado!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2 OBJETIVO GERAL.....	9
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
1.4 JUSTIFICATIVA	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 As práticas corporais na infância.....	10
2.2 As práticas corporais no ensino fundamental	12
2.3 As práticas corporais no ensino médio	15
2.4 Diversidade das práticas corporais	16
2.5 Práticas corporais adaptadas	20
3. METODOLOGIA.....	22
4. DISCUSSÃO.....	22
5. CONCLUSÃO.....	24
6. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

Segundo um estudo de Lazarotti Filho et al. (2010), baseado em uma pesquisa sobre artigos, teses e dissertações, o termo “práticas corporais” é utilizado por outras áreas de conhecimento, destacando-se na Educação Física, onde significa, principalmente: jogos, esportes, dança, artes e recreação.

Ao considerarmos a Educação Física como matéria escolar, entendemos que seu objetivo principal é promover aos educandos a construção e compreensão de sua motricidade. Como disciplina, possui conteúdos e objetivos próprios que incidem sobre o ser/estar humano na sociedade com suas múltiplas dimensões, sejam elas físicas, psicológicas, afetivas, culturais, morais ou sociais (CONTI; PALMA, 2016, p. 239).

A Educação Física pode contribuir para o desenvolvimento e ingresso dos estudantes na sociedade de uma forma mais integralizada a partir de sua cultura, pois ao nascer, a criança já se encontra imersa em um meio pré-estabelecido. Ao longo do seu desenvolvimento são construídos e agregados valores, sendo que a escola, como uma instituição de ensino, que poderá promover a construção do indivíduo, a partir de sua integração desde criança, na sociedade (RODRIGUES; NASCIMENTO, 2010, p. 636).

É importante o professor oportunizar aos alunos momentos para conhecerem a si mesmos, pensarem naquilo que dedicam seu tempo, aquilo que lhes dão prazer em aprender, as manifestações culturais preferidas e que expressam capacidades físicas diferentes, bem como veiculam modos de ser, agir e pensar plurais com os quais o grupo de alunos convive de maneira mais ou menos harmoniosa em uma sala de aula (CONTI; PALMA, 2016, p. 243).

O professor é considerado um importante mediador no momento de aulas, pois pode auxiliar e ajudar no desenvolvimento das atividades e conteúdos, oportunizando uma liberdade ao estudante para se expressar e utilizar de sua criatividade, entretanto, deve conduzir as aulas em harmonia com os momentos em sala ou no espaço utilizado. Para o profissional de Educação Física, entre outros, é necessário ter o conhecimento acerca do contexto sociocultural, diversidade cultural, e entendimento de que o corpo é expressão da cultura (OLIVEIRA et al., 2016), apresentando no seu planejamento de ensino, o respeito a esses pressupostos.

[...] nos referindo à EF escolar, poderíamos pensar que esse é um espaço privilegiado para que os alunos conheçam outras regiões, povos e grupos sociais a partir do acesso às práticas corporais, de modo que identifiquem a origem das diferentes práticas corporais, em quais localidades são mais praticadas e como é possível vivenciá-las em seu contexto social (OLIVEIRA; VELOZO; SILVA, 2016, p. 11).

Na escola as crianças podem ter contato com a diversidade cultural, com outras crianças, disciplinas escolares, professores, e com as práticas corporais que possibilitam em uma interação entre as diferentes realidades dentro do ambiente escolar, favorecendo a vivência de práticas que não seriam usuais em seu cotidiano, desbravando muitas vezes limites impostos pelos contextos sociais.

A pesquisa realizada teve como objetivo evidenciar, por meio dos estudos coletados, a importância na diversidade das práticas corporais e realizar uma breve apresentação sobre as práticas corporais alternativas, que podem caracterizar-se como um elemento ou estratégia significativa para a formação de estudantes na Educação Básica em todas as etapas existentes.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quando se trata do termo práticas corporais alternativas dentro da Educação física, a quantidade de estudos ainda é reduzida, segundo uma pesquisa prévia realizada. De um modo geral, as pesquisas encontradas geralmente não são de cunho do ambiente educacional.

1.2 OBJETIVO GERAL

Verificar sobre os estudos relacionados às práticas corporais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar sobre o interesse de crianças e jovens em relação às práticas corporais alternativas.

Pesquisar sobre as práticas corporais inclusivas na Educação Física.

1.4 JUSTIFICATIVA

Dentro do campo da Educação Física, são necessários estudos relacionados ao tema que possibilitem e suscitem pesquisas e projetos de professores, pesquisadores e que almejam conhecer sobre os conteúdos relacionados ao termo “práticas corporais”. Em geral, sabemos que o termo é compreendido como jogos, esportes, dança, artes e recreação, ou seja, qualquer atividade que envolva o movimento do corpo humano aliado a cultura corporal, diferente dos movimentos convencionais do dia a dia, como sentar na poltrona, caminhar para o almoço, e etc (LAZAROTTI et al., 2010).

A busca pelo sentido e significado das práticas orientou para um ponto importante da questão, às práticas alternativas, o que são tais práticas, quais são, e o seu impacto nas escolas e nas aulas de Educação Física, junto aos alunos em relação às práticas convencionais

comumente apresentadas como “quarteto fantástico”, que englobam os esportes origens, como futebol, vôlei, handebol e basquete.

Além de colaborar com o tema em questão, o estudo objetivou contribuir como orientação para futuros profissionais de Educação Física, apontando sobre a importância da diversificação de conteúdos, e o interesse que essas práticas despertam em seus alunos. Possibilita que futuros professores se sintam atraídos na busca pelas diferentes práticas, permitindo caminhos e instigando o senso criativo e experimental, criando o interesse e motivação por diferentes atividades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As práticas corporais na infância

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n. 9394/1996, no artigo 21, a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e segundo o documento:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na infância, as práticas corporais mais utilizadas são os jogos e as brincadeiras, pois o indivíduo nesta faixa etária não se encontra com o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social plenamente desenvolvidos.

Uma parte significativa de artigos científicos e pesquisas relacionados ao desenvolvimento na infância têm origem nas áreas de pedagogia ou psicologia, sendo ainda escassos, segundo o levantamento realizado na presente pesquisa destes estudos na Educação Física. Como Lazarotti Filho et al. (2010), afirmam em seu trabalho, a prática corporal, dentre outros significados, se refere a jogos e brincadeiras, sendo estes de grande importância para a formação da criança, pois como Souza (2016) aponta, possibilitam o movimento do corpo como um todo, desenvolvendo o físico de forma natural e saudável.

Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (MARCHIORI, 2017, p. 6).

Por meio das brincadeiras é possível observar o desenvolvimento da criança, por meio delas os alunos exteriorizam seu entendimento de mundo e de sociedade, informações que são

muito importantes aos olhos dos professores responsáveis, porque a partir dessas informações é possível compreender as individualidades dos alunos, assim como indica o estudo de Sampaio et al. (2017):

[...] a brincadeira – o jogo de faz de conta – é uma das formas mais interessantes de perceber a criança em sua totalidade, pois nela (por meio da prática corporal) o pequeno exterioriza o nível de compreensão que tem da realidade ao verbalizar os conteúdos da sua fantasia (imaginação). Nesse momento, a criança também expressa: potencialidades e limitações de sua motricidade, de sua forma de pensar, e de sua maneira de se relacionar com outras crianças (SAMPAIO et al., 2017, p. 1457).

O professor deve utilizar as informações coletadas por meio das observações nas brincadeiras para proporcionar cada vez mais um ambiente harmonioso para os alunos, sempre mediando em qualquer adversidade existente entre os alunos em ambiente escolar, oportunizando diversos momentos que possam contribuir para o seu desenvolvimento (CONTI e PALMA, 2016).

Os professores de educação física, e demais sujeitos da educação infantil, necessitam reconhecer o direito das crianças de ter acesso a diferentes saberes e culturas; reconhecer que as crianças são atores sociais, sujeito social e histórico que têm o brincar e os diferentes saberes como a chave para se fazer a experiência de mundo (MARCHIORI, 2017, p. 17).

Nesta primeira etapa do desenvolvimento, a mediação do professor é imprescindível, pois a criança deve ser considerada como um agente produtor de cultura. Em relação esta questão Oliveira et al. (2016), indicam três pressupostos para a atuação profissional: compreensão da diversidade cultural, consideração do contexto sócio-cultural das pessoas envolvidas na ação pedagógica e corpo visto como expressão da cultura, ou seja, o professor deve conhecer os seus alunos e se adaptar ao meio escolar e ao tempo no qual a sociedade se encontra, buscando compreender suas singularidades e características. O docente deve administrar sua aula de maneira que promova a inclusão de todos, possibilitando uma maior vivência possível de cada criança, seguindo o pressuposto da Base Nacional Comum Curricular (BCNN, 2017), que evidencia a importância da observação da mediação e monitoramento das práticas e interações com o meio e com os demais indivíduos.

[...] é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e

situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (BCNN, 2017, p. 35).

A educação infantil historicamente possuía um caráter assistencialista, onde visava substituir os cuidados com o lar, mas com o avanço educacional é importante avançar para além desse caráter assistencialista e proporcionar para as crianças experiências educativas, respeitando o ritmo individual de cada criança (Ehrenberg, 2014). Essa etapa da educação básica deve assegurar a possibilidade do conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e a conhecer-se (BCNN, 2017), sendo importante desde o princípio a valorização da cultura corporal no desenvolvimento dos alunos.

Concordamos que a brincadeira por si só já representa um forte de canal de aprendizagem das crianças pequenas. As trocas, as negociações, as imitações dos colegas, as experimentações sem uma intervenção direta do(a) professor(a) são realmente muito importantes e necessárias para o estabelecimento dos papéis sociais que as crianças passam a identificar e a exercer. Nossa preocupação se acentua quando essas atividades de parque são a única oportunidade de as crianças se conhecerem, conhecerem os colegas e explorarem suas potencialidades corporais. Daí, aquele entendimento, exposto anteriormente, de cultura corporal fica empobrecido, e as possibilidades de ampliar e de aprofundar os conhecimentos acerca da cultura do corpo possivelmente não são alcançadas (EHRENBERG, 2014, p. 190).

O brincar é imprescindível, pois por meio da brincadeira a criança assume papéis, simula situações, que ajudam na sua construção como um ser social, utilizando da imaginação constrói seu próprio mundo, individualmente e em grupo, e baseada nessas experiências, a criatividade pode ser estimulada. Ehrenberg (2014), com seu estudo acerca da Educação Física Infantil sob o olhar dos professores, aponta como a brincadeira é importante sem a intervenção do professor, levantando questões relacionadas ao parque, como um ambiente que favorece as interações entre os alunos, o que é realidade em diversos ambientes educacionais. As crianças devem ter liberdade para exercer sua capacidade criativa, ou seja, o professor de Educação Física deve possuir planejamento acerca das aulas, “estruturar o ambiente físico de forma a criar oportunidades e facilitar a utilização ampla e segura de habilidades locomotoras, manipulativas e de orientação” (MANOEL et al., 2001, p. 46).

2.2 As práticas corporais no ensino fundamental

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n.º 9394/1996:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e

social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Na educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que visa á educação integral, as experiências vividas no ensino infantil são importantes para o desenvolvimento no ensino fundamental, pois suas atividades dialogam com o lúdico. Utilizando de aprendizado motor com as vivências no ensino infantil, o desenvolvimento da criança se torna mais fácil e natural, devido ao conhecimento prévio de certos movimentos e conceitos aprendidos em brincadeiras, canções e etc.

[...] ainda que se tenha contemporaneamente um entendimento de infância, existem múltiplas condições de se viver esse ciclo da vida, que varia em função das realidades socioculturais (CARVALHO e SILVA, 2018, p. 203).

O contexto em que a criança se encontra deve ser levado em consideração relacionado ao seu desenvolvimento, já que como produtora de cultura reflete no meio em que se insere, sendo influenciada pelas crenças e costumes vigentes naquela atmosfera, conectando-se com a sua história (CARVALHO e SILVA, 2018). É imprescindível despertar a identidade cultural, buscar o trabalho das brincadeiras e conteúdos com a cultura para o desenvolvimento de todos nessa infância, e o trabalho pedagógico dentro de sala de aula feito pelos professores deve englobar a diversidade existente em cada indivíduo.

É de extrema importância o desenvolvimento do estudante em sua totalidade, e uma ferramenta bastante utilizada para isto é a brincadeira, o jogo lúdico, que possibilita a totalidade desse trabalho, permitindo ao estudante exteriorizar o conteúdo por meio da imaginação, ajudando-o na percepção de suas limitações e potencialidades (SAMPAIO et al., 2017). Por meio do *feedback* contemplado pelo professor, torna-se viável o aprimoramento das atividades, sendo de suma importância uma mediação docente para o encaminhamento e harmonia dos conteúdos ministrados em aulas, que acrescentam aos alunos o suporte necessário para a próxima etapa do desenvolvimento, para uma autonomia e criticidade (OLIVEIRA et al., 2016).

Os estudos de Smouter e Oliveira (2015), também evidenciam a importância da mediação que deve existir entre docente e discente, através da realização de um estágio supervisionado realizado nos anos iniciais do ensino fundamental, que objetivava apontar a Educação Física

não somente baseada em momentos recreativos, mas sim também como componente curricular com propósitos pedagógicos.

De um lado, ater-se somente aos interesses infantis acabam por desvirtuar o propósito pedagógico das atividades, fato que reduz a atuação docente unicamente em um momento de vivências recreativas, no qual é possível visualizar somente a cultura infantil na atividade, desviando-se dos propósitos pedagógicos de realização dela. De outro lado, ater-se somente aos interesses docentes fazem com que as atividades se tornarem desinteressantes aos alunos desta faixa etária. Nesse sentido, são as relações comunicativas entre docente e discente de maneira simultânea que subsidiam objetivos mais efetivos para os jogos e as brincadeiras nas aulas de Educação Física (SMOUTER e OLIVEIRA, 2015, p. 49).

Dentre as unidades temáticas existentes no período do ensino fundamental que a BCNN (2017) evidencia, um destaque frequente em relação às escolas é o Esporte, que “reúne tanto as manifestações mais formais dessa prática quanto as derivadas” (2017, p. 213). Dentro dessa temática há uma infinidade de práticas e conteúdos que podem ser utilizados em aula, desde esportes adaptados à esportes radicais, visando instigar os estudantes a buscarem inovação e diversidade, além de instruí-los a incluir todos os colegas, independente das características físicas e culturais de cada um.

Araújo et al. (2012), tiveram como objetivo conhecer a contribuição das aulas de Educação Física no ensino fundamental I e no desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, assim como se a prática de esportes radicais junto às aulas, contribuiu para o desenvolvimento, utilizando do *Test of Gross Motor Development* (TGMD-2). Foi demonstrado que as crianças que foram dispostas a atividades e situações desafiadoras apresentaram um desenvolvimento adicional no desenvolvimento motor.

Os resultados do presente estudo, em conjunto com resultados observados em estudos recentes, indicam claramente que crianças por volta dos 10 anos de idade têm capacidade de demonstrar proficiência motora no desempenho de habilidades motoras fundamentais, desde que tenham vivenciado experiências e atividades regulares voltadas para o desenvolvimento dessas habilidades motoras. No entanto, não são todas as crianças que têm oportunidade de vivenciar tais experiências fora do contexto escolar. Portanto, a inclusão de aulas regulares de EF no ensino fundamental I, que pode ser em conjunto com outras atividades, é primordial para o desenvolvimento esperado das habilidades motoras fundamentais (ARAÚJO et al., 2012, p. 156).

O desenvolvimento motor está ligado, segundo alguns estudos pesquisados, a vivência das atividades nas aulas de Educação Física. É de suma importância que o ambiente escolar proporcione momentos e experiências diferenciadas aos estudantes, relacionados aos esportes e atividades físicas. A mesma qualidade de orientação deve estar relacionada às práticas

alternativas e esportes, que devido a vivência de todos, torna a aceitação com o outro cada vez maior e o preconceito cada vez menor.

2.3 As práticas corporais no ensino médio

O ensino médio é a etapa final na educação básica, onde o adolescente, segundo a LDB (2017), consolida e aprimora os ensinamentos provenientes do ensino fundamental, funcionando como uma fase preparatória para a inserção desse jovem no meio social. Sendo assim, a Educação Física nessa etapa, ao utilizar às práticas corporais, deve buscar desenvolver o indivíduo como um todo, levando em consideração a dimensão social, afetiva e cognitiva. “A Educação Física, contudo, ao longo de sua história, priorizou os conteúdos numa dimensão quase que exclusivamente procedimental, o saber fazer e não o saber sobre a cultura corporal ou como se deve ser.” (DARIDO, 2001, p. 8).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB, 2013), é evidenciado o papel da escola orientado ao jovem, que dentre muitos objetivos, possui a função de desenvolvê-lo, possibilitando a promoção da autonomia intelectual e assim o olhar crítico e opinião, caracterizando o ambiente escolar como um campo preparatório do estudante para adentrar na sociedade. Para a construção de um ser crítico e adepto a vivência em sociedade, é necessário que o estudante tenha vivência em diversas situações que possam assemelhar-se às que seriam vivenciadas posteriormente. Isso poderá favorecer os estudantes, no sentido de que tenham condições tanto físicas quanto psicológicas de compreender e saber atuar frente às situações.

O E N G A J A M E N T O P A R T I C I P A T I V O pode aumentar seu estímulo para novas aprendizagens, melhorar a escrita e provocar o desenvolvimento da capacidade de argumentação para a defesa de pontos de vista. Nesse sentido, a participação pode ser entendida como um processo educativo que potencializa os processos de aprendizagem no interior da escola. E, da mesma forma, pode contribuir para a constituição de amplos processos formativos (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014, p. 121).

A última etapa do desenvolvimento escolar na educação básica é o ensino médio, na qual os adolescentes passam por conflitos de autoconhecimento e necessitam de compreensão e cuidado, tanto da família quanto do meio escolar. As aulas de Educação Física podem proporcionar o desenvolvimento da consciência corporal, devido à ampla vivência do jovem com as mais diversas atividades e situações, ajudando-o a conhecer-se, e nessa perspectiva, esportes convencionais e práticas alternativas, atuando em conjunto, podem favorecer o interesse e o processo de maturidade do estudante.

[...] a Dança é uma linguagem riquíssima que contribui para uma melhoria das relações entre os adolescentes, pois proporciona atividades em grupos,

que os levam a respeitar os limites corpóreos do outro, a conhecerem os seus limites e os do colega, podendo compreender melhor as relações em conjunto e a refletir acerca das temáticas abordadas (ROCHA, 2010, p. 2).

Rocha (2010) aponta em seu estudo, que a dança é muito importante para os adolescentes, pois além de outros conteúdos que podem ser utilizados em sua prática, utiliza principalmente a expressão corporal, o que pode ser um tabu para os jovens em desenvolvimento, devido a fatores como vaidade, toque, preconceito, dentre outros. Sendo assim, não só a dança, mas também no caso das lutas, devem ser estimuladas pelos docentes a fim de estimular a busca pela diversidade de vivências e pelo conhecimento acerca do que é menos conhecido e praticado, enriquecendo as experiências dos alunos.

[...] cabe às escolas de Ensino Médio contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis (BNCC, 2017, p. 463).

Mesmo sendo de suma importância na formação do estudante, no documento da BCNN, homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146, a Educação Física não possui capítulo específico devido a não obrigatoriedade da disciplina resultante da medida provisória nº 746, de 2016, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 2017), n. 9394/1996, o que pode suscitar uma reflexão sobre a importância da saúde corporal como um todo frente a sociedade que prioriza a preparação do jovem para a entrada imediata no mercado de trabalho. Frente aos estresses de provas e expectativas, o adolescente desde muito cedo frustra-se com a busca pelo conhecimento do mundo e de si mesmo, e nesse momento a Educação Física pode ser uma atividade que venha a promover o autoconhecimento.

2.4 Diversidade das práticas corporais

No contexto educacional é comum se deparar com aulas de Educação Física onde o conteúdo básico das aulas são os esportes coletivos, geralmente conhecidos como voleibol, handebol, futebol e basquete. Para adolescentes é de fácil compreensão a dinâmica dos esportes coletivos, sendo assim, essas práticas tradicionais são apresentadas com frequência nos planejamentos e nas aulas de Educação Física, porém, somente tais conteúdos diante do elenco de conteúdos que a Educação Física dispõe, não é o suficiente para o desenvolvimento dos estudantes como ser integral, devendo-se ir além dos esportes convencionais.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a unidade temática Esporte é de grande importância no meio educacional, devido aos valores e significados atribuídos às práticas, podendo contribuir para o desenvolvimento do indivíduo apto a lidar

com as situações ao longo de sua vida. No entanto, como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele, ou seja, quando visto como esporte escolar, os objetivos que o norteiam passam a ser modificados, permanecendo sua essência, mas adequando-se aos objetivos do projeto político pedagógico das escolas (BNCC, 2017, p. 211).

Ao lidar com o ser humano e o corpo em constante construção e interação com o contexto social, a educação física não pode deixar, portanto, de ser entendida como uma prática educativa, ou, ainda, como prática social, já que se ocupa do educar por meio do movimento (LÜDORF, 2009, p. 102).

Contudo, embora seja de grande utilidade e facilidade em se inserir tais práticas tradicionais nas aulas, é importante o trabalho da cultura corporal, abrangendo práticas alternativas que possibilitem ao estudante a ampliação de suas vivências e experiências acerca das atividades físicas. A cultura que cada experiência, esporte ou prática carrega, pode enriquecer o desenvolvimento dos estudantes. É de extrema importância o trabalho com a cultura corporal, pois em todos os estágios de desenvolvimento infantil, o indivíduo passa por mudanças tanto físicas e psicológicas, e deve ser orientado para que possa se desenvolver de forma ampla e segura, Buss-Simão (2010):

[...] as diferenças corporais têm sido utilizadas para constituir a criança como categoria diversa nas culturas ocidentais, as quais acabam se constituindo em estereótipos do que seja um corpo de criança com desenvolvimento normal. Esses estereótipos são percebidos como relevantes tanto para os pais quanto para as crianças e desvios desses padrões de normalidade podem gerar intensa angústia, tornando-se significativos para a constituição da identidade social (BUSS-SIMÃO, 2010, p. 157).

Os padrões estereotipados socialmente fazem com que o desenvolvimento do corpo seja limitado aos moldes do esperado pelos ideais sociais, o que delimita muitas vezes, a aprendizagem e o desenvolvimento, dificultando suas vivências e conseqüentemente sua criatividade e liberdade de expressão. Sendo assim, o “quarteto fantástico” utilizado nas aulas de Educação Física coopera para a exclusão, não devendo necessariamente ser erradicado, mas sim utilizado com um teor metodológico que possibilite o desenvolvimento de todas as dimensões presentes no corpo como um todo. Em relação aos esportes, Betti (1999) aponta:

[...] temos que aceitar que este é um fenômeno da cultura corporal de movimento e trabalhar adequadamente com ele. O que não podemos aceitar é que a forma como este conteúdo é transmitido não passe pela compreensão e transformação do aluno. Falta, portanto, construir uma nova forma didática de utilização dos esportes na escola que consiga delegar a este fenômeno a tão almejada educação pelo/através do esporte (BETTI, 1999, p. 30).

Visando um desenvolvimento baseado nas dimensões, afetivas, sociais e cognitivas, às práticas alternativas, podem ser um meio para despertar o interesse das crianças. Por meio da cultura corporal proposta referente a cada prática, pode ser possível além de aprender a atividade, saber apresentar-se, em outras situações, fora de ambiente escolar possivelmente, os raciocínios, resolução de conflitos, significados de cada ação e reação, preparando o jovem para a vida em sociedade, formando-o como ser crítico e desenvolvendo sua autonomia. Entretanto, a busca pelo ensino das práticas alternativas não é simples, e requer estudo e empenho do docente acerca do conteúdo desejado, Nista-Piccolo e Moreira (2012):

Promover práticas diferenciadas não é tão simples e fácil, pois requer investigações sobre o tema e cuidados por parte do professor sobre o significado daquele assunto para os seus alunos. É possível deflagrarmos vários planos de ensino que demonstram fragilidades quando contemplam práticas corporais tidas como alternativas e diferentes das mais comuns, imaginando-se algo novo e atual, mas que são tratados de forma descontextualizada, sem nenhuma reflexão sobre essas práticas (NISTA-PICCOLO e MOREIRA, 2012, p. 65).

O conhecimento acerca do que deve ser aprendido em momento de aula pelos estudantes deve ser dominado pelo professor. Tendo o docente, dominância acerca do que é passado aos estudantes, poderá então ocorrer o trabalho pedagógico em concordância com a modalidade escolhida, se não, a modalidade é praticada de forma rasa e não aproveitada em sua totalidade como ferramenta pedagógica.

É possível observar na Base Nacional Comum Curricular (BCNN, 2017) a diversidade com relação às temáticas que devem ser tratadas pelo conteúdo da Educação Física, englobando lutas e práticas corporais de aventura, sendo essas últimas consideradas como práticas corporais alternativas de acordo com o documento. Dentre todas as temáticas apresentadas pelo documento, junto a danças, são as que comumente são consideradas como pouco aproveitadas pelos professores de Educação Física devido á falta de preparação, conhecimento, interesse, e até oportunidade.

Um exemplo proveniente dessas dificuldades que rodeiam os professores é a de um professor substituto que exerce o cargo, e não possui a liberdade acerca do conteúdo que deveria apresentar aos alunos, pois adentrou na escola com um ciclo pré-existente de costumes de professores efetivos, que muitas vezes se acomodaram à instituição, utilizando os mesmos mecanismos, princípios e metodologias. A escola tradicional, por vezes, “acomoda” o profissional, o que não deveria ocorrer, pois profissionais que tem o indivíduo como foco de sua profissão, caso do professor, deveriam compreender a individualidade e características de

cada um, e saber exercer profissão num meio cheio de diversidade, sempre buscando sua liberdade profissional.

As práticas corporais de aventura, segundo a BNCC (2017), são diferenciadas pelo ambiente em que são realizadas, podendo ser consideradas como urbanas e de natureza. As práticas corporais de aventura de natureza utilizam a paisagem natural, como rapel, tirolesa, *mountain bike*, etc, já as práticas corporais de aventura urbanas utilizam da “paisagem de cimento”, como skate, *parkour*, dentre outros.

Como apresenta o estudo de Pimentel (2013), é bastante recorrente à denominação esporte seguida por algum adjetivo como vertigem, risco ou aventura, e como foi introdutoriamente dito na pesquisa, práticas corporais cotidianamente são atreladas a ideia de esportes, porém, o termo é divergente quando se trata do ambiente relacionado ao alto rendimento, escolar, de lazer e cotidianas. Práticas corporais de aventura podem associar-se a esportes radicais, devido a nomenclatura, e Armbrust e Lauro (2010), desenvolveram em um estudo acerca das possibilidades educacionais junto ao skate, que evidenciando um despreparo profissional, o que dificulta essa prática em ambiente educacional. Por meio deste estudo, abordando a prática corporal sobre o skate, os autores apontam que:

Nas aulas de educação física escolar, o professor pode utilizar diversas ferramentas pedagógicas e estratégias de intervenção, por meio de experimentações motrizes que convergem a processos de desenvolvimento motor que se revela, basicamente, por alterações no comportamento motor, durante todo o ciclo da vida, em reação aos desafios enfrentados diariamente, em um mundo em constante mutação (ARMBRUST; LAURO, 2010, p. 802).

A justificativa apontada para a prática significa que proporcionar ao corpo um determinado tipo de estresse, a situações inusitadas, e possibilitar esse tipo de vivência em ambiente escolar é muito enriquecedor na preparação do aluno para conseguir lidar com as adversidades tanto dentro quanto fora de ambiente escolar, despertando seu interesse para com outras atividades, ajudando-o a conhecer seus limites e a explorar suas potencialidades (FILHO et. al, 2014).

Assim como os esportes radicais podem causar certo receio aos profissionais de Educação Física em ambiente escolar devido a variável risco, as atividades relacionadas às lutas não são tão populares nas aulas, devido á dificuldade que os professores podem enfrentar com relação a desentendimentos entre os estudantes e acidentes em função do contato físico. Porém, os valores que a modalidade pode oferecer ao estudante em relação a sua formação integral são muito ricos e benéficos. Em relação a uma metodologia viável a esta prática, utilizar materiais adequados, tirar o foco da violência, que é a imagem que cotidianamente

apresentada, e buscar o respeito às regras, ao adversário, a técnica, é possível o desenvolvimento das lutas nas escolas.

A prática da luta, em sua iniciação esportiva, apresenta valores que contribuem para o desenvolvimento pleno do cidadão, como respeito, disciplina, dentre outros. Além disso, analisada pela perspectiva da expressão corporal, seus movimentos resgatam princípios inerentes ao próprio sentido e papel da Educação Física, na sociedade atual, ou seja, à promoção da saúde; o que a caracteriza como conteúdo curricular da Educação Física (FILHO et. al., 2014, p. 177).

2.5 Práticas corporais adaptadas

Quando se tratando de inclusão, assim como Oliveira et. al (2016) aponta, a Educação Física tem fundamental papel na formação dos estudantes, proporcionando momentos em aula que devem possibilitar a participação de todos os alunos independente de condições físicas, financeiras e culturais. O professor deve buscar conhecer cada estudante e criar uma aula que acolha todas as especificidades existentes no momento de aula, tornando o ambiente o mais agradável e harmonioso de convivência possível.

[...] incluir na Educação Física não é simplesmente adaptar essa disciplina escolar para que uma pessoa com NEEs possa participar da aula, mas é adotar uma perspectiva educacional cujos objetivos, conteúdos e métodos valorizem a diversidade humana e que esteja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2008, p. 28).

Buscar a diversidade nas práticas é importante para despertar o interesse dos estudantes, trazendo modalidades provenientes de outras culturas, instigando a busca pelo conhecimento acerca dos diferentes costumes, pois estimula a curiosidade, e dentro dessa diversificação podem ser incluídas modalidades adaptadas, podendo ser praticadas tanto por portadores de necessidades especiais quanto por não portadores de algum tipo de deficiência física. As práticas alternativas buscam a inclusão de toda a diversidade, onde no caso das modalidades adaptadas, a prática por pessoas com plena capacidade motora numa prática adaptada é chamada de inclusão reversa, e traz benefícios com relação a convivência entre os estudantes devido ao trabalho com a aceitação da diversidade que as práticas propõem (RODRIGUEZ, 2017).

La práctica de deportes adaptados dentro de las clases de educación física en bachillerato fomenta en mayor medida, en comparación con los deportes tradicionales, la promoción de valores educativos como la igualdad de oportunidades, el respeto, el desarrollo como persona, las relaciones con los demás y la integración (RODRIGUEZ et. al., 2017, p. 143).

A integração de todos os alunos não deve ser forçada, o ato de incluir o estudante com NEE'S (Necessidades Educativas Especiais) deve ser feito com cautela e estudo. Assim como

o professor busca o conhecimento acerca da realidade de todos os estudantes, não seria diferente com uma pessoa com NEE'S. Ferreira e Rodrigues (1997) alegam em seu estudo que devemos ouvir os discentes, saber sua opinião acerca da aula, sendo a voz do estudante de extrema importância para a construção de um ambiente com respeito às diversidades existentes, sejam sociais, físicas e econômicas.

Integração envolve pessoas, embora saibamos que quem mais sofre com isso são as minorias, dependendo obviamente do contexto sócio-cultural vigente. Tanto a sociedade deve estar preparada para receber o portador de deficiência, como este para ser nela inserida. Para tal, deveremos também ouvi-lo (FERREIRA; RODRIGUES, 1997, p. 3).

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Capítulo II, Art. 4º, “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.”

É necessário que a inclusão da pessoa com deficiência na escola ocorra de forma a não somente possibilitar que esta participe das aulas, mas também se sinta importante durante estes momentos de interação entre os alunos e no ambiente em que este está inserido. Durante as aulas a mediação é de extrema importância, e a vertente inclusão deve ser constantemente avaliada pelo professor, tendo todo o cuidado para possibilitar um ambiente onde o estudante com NEE'S sinta-se fundamental.

Espera-se que uma formação de professores para a Inclusão prepare os formandos não só para participarem no movimento da Inclusão (contribuírem com boas práticas em uma perspectiva inclusiva) mas também para que possam ser, eles próprios, os reformadores ou inovadores da escola onde actuam, incentivando, encorajando e motivando a transformação rumo a valores e práticas mais inclusivos (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2017, p. 321).

O professor que lida com situações em que são necessárias adaptações em aulas nunca deve sentir-se satisfeito com o conhecimento adquirido, este deve buscar sempre se aprimorar acerca da situação e condição de todos os seus estudantes, do ambiente em que exerce função, sempre na busca do melhor, mais harmonioso e adequado ambiente de aula. Isso lança um questionamento sobre os profissionais no presente momento, ou seja, se há uma satisfação com os profissionais, e o que se pode fazer para contribuir, transformar e melhorar.

[...] os professores de EF são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes mais positivas face aos alunos que os restantes professores. Talvez devido aos aspectos fortemente expressivos da disciplina, os professores são conotados com profissionais com atitudes mais favoráveis à inclusão e que conseqüentemente que levantam menos problemas e encontram soluções mais facilmente para casos difíceis. Esta imagem positiva e dinâmica dos professores de EF é um elemento importante da sua identidade profissional sendo por isso frequentemente

solicitados para participar em projectos de inovação na escola (SOBAMA, 2017).

3. METODOLOGIA

O presente estudo consistiu em uma revisão da literatura, buscando documentos com produção compreendida entre 1997 e 2018, tratando-se de uma revisão com caráter interpretativo e crítico, baseada nas áreas da pedagogia, educação física, sociologia e antropologia. A pesquisa é uma revisão bibliográfica de acordo com Marconi e Lakatos (2003).

Para pesquisa utilizou-se de palavras-chave em ferramentas de busca online, como Google Acadêmico e Periódicos da CAPES, com a realização de pesquisas na Biblioteca da Universidade de Brasília.

As palavras-chave nos sites de busca foram: práticas corporais, educação física, escola, infância, cultura corporal, inclusão e corporeidade. Com a leitura de resumos, foram selecionados os documentos mais relevantes para a pesquisa.

4. DISCUSSÃO

A Educação Física é essencial no desenvolvimento do ser integral, devendo ocorrer uma valorização da cultura corporal nos conteúdos escolares, no ensino e na inclusão. As práticas devem proporcionar vivências diversificadas com o intuito de instigar o estudante ao estudo das diferentes culturas, a explorar as diferentes práticas, incentivando-o a conhecer e a reconhecer cada vez mais a si mesmo, ao ambiente e todos neles presentes. O ensino médio, última etapa da Educação Básica e marco da transição do jovem para a vida adulta, geralmente, é um marco de conflitos, estresses, esperanças, expectativas.

Em relação especificamente ao Ensino Médio, a medida provisória nº 746, de 2016, indica a não obrigatoriedade da Educação Física, e devido a isto a BCNN, homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146, a Educação Física não possui capítulo específico, e isto nos fez repensar sobre o quanto este componente curricular é relevante na formação final do jovem na Educação Básica. A Educação Física através de suas diferentes metodologias desde o Ensino Infantil tem sua devida importância para o desenvolvimento integral do humano e na maioria das vezes o jovem acaba por não realizar atividades físicas, o que poderá comprometer a saúde de modo geral.

O vestibular é muito visado pelos estudantes nesta última etapa do ensino básico. Nista-Piccolo e Moreira (2012), justificaram que os créditos relativos à disciplina educação física conseguiram ser supridos se o estudante comprovasse que exercia práticas físicas em academias ou clubes, sendo importante ressaltar que os objetivos das academias e clubes são totalmente diferentes dos objetivos das escolas em seus conteúdos educacionais. Segundo a pesquisa dos autores, a Educação Física não fazia parte dos conhecimentos cobrados nos vestibulares, ou seja, qualquer conteúdo que não estivesse no parâmetro do tão esperado e almejado vestibular não seria de grande importância na formação dos estudantes.

Embora atualmente apareçam questões relacionadas ao componente curricular Educação Física com mais frequência no vestibular, ainda é comum observar por parte das escolas que não é dada devida importância e atenção aos conteúdos provenientes deste conteúdo escolar. Não há preocupação com o conteúdo ministrado pelos professores de Educação Física, pois “o importante não é apreender a produção cultural da humanidade, mas adquirir as competências e habilidades exigidas nesse processo seletivo” (Beltrão, 2014).

A juventude é um momento de exercício de inserção social, onde o indivíduo se descobre, sendo importante o professor buscar conhecer ao máximo seus alunos considerando a realidade na qual se inserem. Essa ação pode se dar por meio de experiências participativas que contribuirão para a formação do jovem, proporcionando valores como solidariedade e democracia (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014). O componente curricular Educação Física pode contribuir fortemente nessa construção de identidade social, pois visa o desenvolvimento do estudante como um todo, ser social, afetivo e cognitivo, proporcionando aos estudantes a diversificação de atividades, o que pode vir a instigar o aprendizado acerca das possibilidades que a sociedade oferece, e como podem se adequar a estas atividades.

As modalidades alternativas, abrangendo esportes e atividades físicas adaptadas poderão contribuir nessa construção de valores ao longo da Educação Básica na escola, e a Educação Física como componente curricular, tem importante papel como adjuvante na construção da educação inclusiva (SOBAMA, 2017). Neste contexto, é necessário salientar que um dos pontos de maior importância com relação à educação dos jovens é reconhecer uma educação com pleno entendimento de público heterogêneo, ou seja, o respeito e aceitação das diversidades tanto físicas quanto culturais, sociais, entre outras, assim como é dito na lei nº 9.394, art. 3º, sendo o primeiro princípio afirmando a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Cabe ao professor oportunizar as mais variadas vivências no período de aula, instigar os estudantes a potencializar aquelas atividades que lhe dão prazer (CONTI; PALMA, 2016). Devido uma maior liberdade na construção de conteúdos, ao utilizar as práticas corporais, a gama de metodologias que podem ser utilizadas nas aulas de Educação Física é muito abrangente, sendo assim, este componente curricular passa a ser visto como espaço onde os estudantes se sentem mais a vontade para desenvolver o corpo como um todo. E por ser um componente curricular que tem como um dos objetivos fazer com que o aluno crie confiança acerca do seu eu como um todo, o estudante tende a se sentir mais confiante e a se expressar, o que deve ocorrer tanto para os discentes com plena capacidade motora quanto para àqueles com necessidades especiais.

A consciência corporal deve ser desenvolvida desde cedo no processo de desenvolvimento da criança com a utilização de brincadeiras e jogos, conteúdos das temáticas existentes desenvolvidos pela Educação Física, porém, ao buscar esse componente curricular no campo da educação infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) não foi possível identificar um índice mais específico sobre a atuação do professor de educação física durante esta etapa escolar. Sem dúvidas a Educação Física ainda precisa avançar em relação às questões educacionais no contexto escolar.

5. CONCLUSÃO

O professor deve oportunizar as mais variadas vivências para os estudantes, e as práticas corporais alternativas podem contribuir para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens na Educação Básica. Estas práticas poderão favorecer aos estudantes o desenvolvimento mais ampliado, conhecendo a si mesmos, promovendo mais respeito pela realidade dos outros estudantes, contribuindo para a formação de indivíduos mais conhecedores de si e críticos.

A Educação Física é de suma importância na vida dos estudantes desde a Educação Infantil, mas no Ensino Médio, passa a ser compreendida como componente curricular não obrigatório, ou seja, a não participação neste tipo de atividade poderá comprometer o desenvolvimento integral dos jovens. É possível que a prática das atividades relacionadas às práticas corporais no Ensino Médio na aula de Educação Física possa corroborar inclusive no índice de aprovação no vestibular.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. et. al. **Contribuições de diferentes conteúdos das aulas de educação física no ensino fundamental I para o desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v.18, n.3, p. 153-157, maio/jun., 2012.

ARMBRUST, I; LAURO, F. A. A. **O Skate e suas possibilidades educacionais.** Revista Motriz, Rio Claro, v.16, n.3, p. 799-807, jul./set., 2010.

BELTRÃO, J. A. **A Educação Física na escola do vestibular: as possíveis implicações no ENEM.** Revista Movimento, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 819-840, abr./jun., 2014.

BETTI, I. C. R. **Esporte na escola; mas é só isso professor?.** Revista Motriz, v.1, n.1, p. 25-31, jun., 1999.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 2 abril 2019.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 2 abril 2019.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015,** Brasília, DF, julho 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 2 abril 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Brasília, DF, dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 abril 2019.

BUSS-SIMÃO, M. et.al. **Corpo e infância: natureza e cultura em confronto.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 151-168, dez., 2010.

CARVALHO, L. D.; SILVA, R. G. **Infâncias no campo: brinquedo, brincadeira e cultura.** Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, P, 189-212 jan./abr., 2018.

CHICON, J. F.; **Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar¹.** Revista Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 13-38, jan./abr., 2008.

CONTI, L. C. F.; PALMA, A. P. T. V. **Educação Física na escola e a afetividade: a construção do autorrespeito.** Revista do centro de educação: educação, Santa Maria, v.41, n.1, p. 237-250, jan./abr., 2016.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992.>>. Acesso em: 2 abril 2019.

DARIDO, S.C. **Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências dificuldades e possibilidades. Perspectivas da Educação Física escolar.** UFF, v.2, n.1, p. 5-25, 2001.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

EHRENBERG, M. C. **A linguagem da cultura corporal sob o olhar de professores da educação infantil.** Revista Pro-Posições, v.25, n.1(73), p. 181-198, jan./abr., 2014.

FERREIRA, A. I. F.; RODRIGUES, J. L. **Integração: um caminho de mão dupla.** Revista Sobama, v.2, n.2, p. 1-3, nov., 1997.

FILHO, M. L. M. et. al. **O ensino de lutas nas aulas de Educação Física Escolar.** Revista Cinergis, v.15, n.4, p. 177-181, 2014.

LAZAROTTI FILHO, A. et. al. **O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física.** Movimento, Rio Grande do Sul, v.16, n.1, p. 11-29, jan./mar., 2010.

LÜDORF, S. M. A. **Corpo e formação de professores de educação física.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.13, n.28, p.99-110, jan./mar., 2009.

MARCHIORI, A. F. **O discurso da criança como sujeito de direitos: perspectivas para a educação física na infância.** Revista eletrônica Zero-a-Seis, n.25, p. 2-20, jan./jun., 2012. NUPEIN/CED/UFSC.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**, 5 ed., São Paulo, Editora Atlas S.A, 2003.

MENDES, M. I. B. S.; NÓBREGA, T. P. **Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação.** Revista Brasileira de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, n. 27, set./out./nov./dez., P. 125-211, 2004.

NISTA-PICCOLO, V. L.; MOREIRA, W. W. **Esporte para a vida no ensino médio**, 1 ed., São Paulo, Editora Cortez, 2012.

OLIVEIRA, R. C. et. al. **Cultura, atuação profissional em educação física e as práticas corporais.** Revista de Ciências Sociais e Humanas: Impulso, Piracicaba, v.26, n.66, p. 8-19, maio/ago., 2016.

PIMENTEL, G. G. A. **Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v.35, n.3, p. 698-700, jul./set., 2013.

ROCHA, P. A. **Reflexões das práticas pedagógicas a partir de elementos da dança no ensino médio.** Revista e-hum, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 2-11, 2010.

RODRIGUES, G.; NASCIMENTO, M. **A infância enquanto categoria estrutural.** Educação e Pesquisa, São Paulo. v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago., 2010.

RODRIGUEZ, J. R. et al. **Los deportes adaptados como contribución a la educación en valores y a la mejora de las habilidades motrices: la opinión de los alumnos de Bachillerato.** Revista Retos, n. 31, p. 140-144, 2017.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, LUZIA. **Educação Física: formação de professores e inclusão.** Práxis Educativa, Ponte Grossa, v. 12, n. 2, p. 317-333, maio/ago., 2017.

SALOMÃO, N.; VASCONCELOS. D. **Educadoras de creches: concepções sobre desenvolvimento infantil.** Revista Lusófona de Educação, v. 33, p.81-94, julho, 2016.

SAMPAIO, J. O. et al. **A prática corporal como expressão da imaginação da criança na brincadeira: Uma perspectiva da psicologia histórico-cultural.** Revista Movimento, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1447-1458, out./dez., 2017.

SEGANFREDO, A. A. S.; ARRUDA, R. A. **“A importância dos jogos e brincadeiras”.** Revista Eventos Pedagógicos, v. 4, n. 2, p. 11-20, ago.-dez., 2013.

SOBAMA, Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** 24 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.sobama.org.br/2017/09/24/educacao-fisica-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 2 abril 2019.

SOUZA, C. C. Contribuições lúdicas: jogos e brincadeiras na matemática na perspectiva da formação Integral da criança. Revista Internacional de Formação de Professores, Itapetininga, v.1, n. 4, p. 24-35, 2016.

SMOUTER, L; OLIVEIRA, A. A. Propósitos pedagógicos da Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental: Aula de Educação Física é recreação, mas não só. Educação Física em Revista, v.9, n.3, p. 44-55, 2015.